



Anais da Assembléia

N.º 14

CURITIBA, TERÇA-FEIRA EM 19 DE MARÇO DE 1985

ANO XI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 1985

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Buffara e Paulo Furiatti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Nelson Buffara, Anibal Khury, Ezequias Losso, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Erondy Silvério, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Homero Oguido, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pércles Pacheco, Tadeu Lúcio Machado, Tadeu França, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos e Tuguio Setogutte. (27). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Acir Mezzadri, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (31).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Está em discussão a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO (Pela ordem) — Sr. Presidente, requiro verificação de quorum para prosseguimento da sessão.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Eu solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — A Mesa defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

27 Srs. Deputados responderam a chamada.

Há quorum para prosseguimento da sessão.

Em votação a ata.— Aprovada.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Solicito verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Em verificação de votação os Srs. Deputados que aprovam a ata lida permaneçam como estão.

A Mesa chama a atenção para o processo de votação da ata.

Os Srs. Deputados que aprovam a ata queiram levantar-se;

os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.—

Está aprovada a ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

Mensagem 59/85

Curitiba, 13 de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a criação, na Secretaria de Estado da Educação, de dois cargos isolados de provimento em comissão de Chefe de Núcleo Regional de Educação, símbolo 1-C, ainda, a alteração da denominação dos atuais cargos em comissão de Chefe de Núcleo Regional, para Chefe de Núcleo Regional de Educação, mantido o mesmo símbolo de remuneração.

O Plano de Lei que ora submetido a essa Augusta Casa de Leis consulta plenamente aos superiores interesses do Estado, eis que tal criação de cargos faz-se oportuna e necessária tendo em vista que referidos cargos em comissão serão destinados às Chefias dos Núcleos Regionais de Educação de Cianorte e Foz do Iguaçu, recentemente criados pelo Decreto n.º 4.462, de 10 de dezembro de 1984.

A proposta nova denominação para os cargos já existentes, decorre, também, do Decreto n.º 4462/84, que alterou a denominação dos Núcleos Regionais para Núcleos Regionais de Educação, havendo, portanto, necessidade de adaptação da nomenclatura de tais unidades administrativas com a dos respectivos cargos de chefia.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

21/85

Art. 1º — Ficam criados, na Secretaria do Estado da Educação, dois (02) cargos de provimento em comissão, de Chefe de Núcleo Regional de Educação, símbolo 1-C.

Art. 2º — A denominação dos cargos em comissão já existentes, de Chefe de Núcleo Regional, fica alterada para Chefe de Núcleo Regional de Educação, mantido o mesmo símbolo de remuneração.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Diretoria Legislativa.

Curitiba, 13 de março de 1985

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos Aditivos de Cooperação Administrativa e Financeira, datados de 15 de janeiro e 5 de fevereiro de 1985 aos Convênios celebrados em 20 de novembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, da Empresa de Obras Públicas do Paraná – EMOPAR e, respectivamente, os Municípios de Rio Negro e Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando a aplicação de recursos financeiros nas Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas dos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

– À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 61/85

Curitiba, 13 de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Convênio de Cooperação Administrativa e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a Empresa de Obras Públicas do Paraná – EMOPAR e os Municípios adiante mencionados, objetivando a execução de reparos nas Delegacias de Polícia dos Municípios signatários.

Municípios	n.º e data da celebração
Assis Chateaubriand	453/84 – 28/12/84
Astorga	454/84 – 28/12/84
Capanema	455/84 – 28/12/84
Clevelândia	467/84 – 28/12/84
Dois Vizinhos	457/84 – 28/12/84
Floraí	456/84 – 28/12/84
Icaraíma	458/84 – 28/12/84
Imbituva	380/84 – 20/11/84
Inajá	378/84 – 20/11/84
Jardim Alegre	459/84 – 28/12/84
Mangueirinha	388/84 – 20/11/84
Rio Azul	460/84 – 28/12/84
Santa Izabel do Ivaí	397/84 – 20/11/84
Santa Mariana	463/84 – 28/12/84
São Jorge do Ivaí	462/84 – 28/12/84
Sapopema	461/84 – 28/12/84
Teixeira Soares	464/84 – 28/12/84
Toledo	468/84 – 28/12/84
Vera Cruz do Monte Castelo	465/84 – 28/12/84

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá

Curitiba, terça, em 19.03.85

dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

MENSAGEM 62/85

Curitiba, 13 de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Convênio celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná – EMOPAR, com o Município de Londrina (sob o n.º 452/84) em 28 de dezembro de 1984 e com o Município de Mandirituba (sob n.º 4/85) em 9 de janeiro de 1985, objetivando, respectivamente, a construção de cinco Módulos Policiais Militares e de prédio destinado a abrigar a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

– À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a consagração de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Ivo Leão Filho, ocorrido nesta Capital.

O homenageado era de tradicional família de Curitiba e se destacou na vida empresarial de nosso Estado muito contribuindo para o seu desenvolvimento.

Deixa viúva a Senhora Jandirinha França Leão e os filhos Ivo Leão Neto e Glória Leão Camargo.

REQUER, outrossim, que a família seja cientificada do teor do presente requerimento, no endereço: Avenida João Gualberto, 575.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1985.

(a) NELSON BUFFARA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consagração na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Elias Semiguen, ocorrido no último dia 11, na Municipalidade de Campo Mourão.

Antes mesmo de Campo Mourão ter sido emancipado política e administrativamente (10 de outubro de 1947), já chegava naquela cidade o Senhor Elias Semiguen, mais precisamente no ano de 1945. Lá se instalou com o objetivo de contribuir com o processo

desenvolvimentista que por sua vez, se acelerava grandemente, onde já apareciam os primeiros sustentáculos sócios-econômicos de Campo Mourão, notadamente os relacionados com a extração da madeira e industrialização da mesma e o preparo do solo, para o cultivo de diversas plantas.

Durante todos esses anos, o Senhor Elias Semiguen vivenciou diversas fases do crescimento de Campo Mourão, tendo dado importantíssimas contribuições, caracterizando-se com sua disposição em superar as eventuais dificuldades, merecendo sempre o reconhecimento dos seus concidadãos, pelo seu talento, pela sua honestidade e competência na condução dos seus negócios como destacado agropecuarista.

O falecimento do Senhor Elias Semiguen deixou transtornada a comunidade de Campo Mourão, especialmente os pioneiros, que perdem um grande amigo de todos os momentos, um incansável lutador daquela região, a qual teve sempre o orgulho de a ela pertencer.

Não poderia, portanto, deixar de constar nos Anais deste Poder Legislativo, um pouco da história da vida do Senhor Elias Semiguen, que era natural da cidade de Rio Negro e que deixa, aos 66 anos, viúva a Senhora Matilde, dedicada dona de casa, de cujo feliz matrimônio nasceram oito filhos: Isabel, Lúcia, Pedro, Paulo, Josafat, Therezinha, Elias e Maria, além de dezoito netos.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente que, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor NIVANDO ANTONIO SIMIONATO, ex-Vice-Prefeito de Peabiru-PR., ocorrido hoje naquela cidade.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja levado ao conhecimento dos familiares, no seguinte endereço: Rua C. Radominski, 778 – CEP 87.250 – Peabiru-PR.

Sala das sessões, em 19 de março de 1985.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em ata da presente sessão, de voto de congratulações e cumprimentos ao Sr. José Tibagy de Mello, Prefeito Municipal de Tibagi e à comunidade local, pela passagem do aniversário de emancipação política daquele promissor município, comemorada em data de ontem.

REQUER, ainda, que desta decisão, seja dada ciência àquela autoridade.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1985.

(a) ODENI MONGRUEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Com base no artigo 134, § 1º, inciso VI do

Regimento Interno, o Deputado abaixo-assinado, REQUER que, após ouvido o Plenário, consta da ata da sessão de hoje um voto de louvor aos irmãos Sílvio e Euzébio Batista Rosas, da cidade de Ponta Grossa.

Pecuaristas dos mais conhecidos na região, merecem destaque especial pelo trabalho que vêm realizando em sua propriedade, sita no Boqueirão, divisa de Ponta Grossa com Castro, onde, com uma ordenha de 150 a 200 vacas (gado holandês preto e branco) estão conseguindo, através de notável dedicação e técnica empregada, uma média diária de 1.687 litros de leite, perfazendo uma produção anual por unidade de 4.500 a 6.000 litros.

Recentemente, os irmãos Batista Rosas foram classificados no "Jornal Batavo" como um dos principais fornecedores de leite da Cooperativa Batavo, durante o ano de 1984.

Assim sendo, pelo trabalho desenvolvido, contribuindo com o engrandecimento do setor alimentício de nosso Estado, nada mais justo que apresentemos a eles as nossas homenagens.

REQUEIRO que cópia do presente expediente seja encaminhada aos irmãos Sílvio e Euzébio Batista Rosas.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1985.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Diretor Presidente da SANEPAR – Saneamento do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, objetivando a realização de estudos devidos visando avaliar as condições da água atualmente distribuída para a população do Distrito Administrativo de Rancho Alegre, pertencente a Municipalidade de Goioerê.

O questionamento quanto a qualidade de água atualmente consumida pela população de Rancho Alegre é feita pelo Excelentíssimo Senhor Valdinei José Peloi, integrante do Poder Legislativo goioerense. Segundo suas colocações e com base em depoimentos obtidos junto àquela Distrito, a qualidade da água está muito abaixo dos padrões mínimos exigidos.

Neste sentido, espera-se que essa SANEPAR e Secretaria de Estado do Interior determinem o encaminhamento de medidas urgentes visando estabelecer a tranquilidade da população, quanto ao tipo de água oferecida pelo sistema existente.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que seja autorizada ampliação da cota de combustível, assim como

a destinação de um aparelho de telefonia para a Delegacia de Polícia localizada na Municipalidade de Fênix.

A iniciativa é do Ilustríssimo Senhor Amadeu Marques de Oliveira, que preside o Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Segundo a mesma pessoa, a cota de combustível atualmente destinada para a Delegacia Policial daquela cidade é insuficiente para efetuar um atendimento compatível com o próprio porte do Município.

Neste sentido, além da cota de combustível o Diretório Municipal Peemedebista de Fênix informa da real necessidade de a Delegacia de Polícia contar com um aparelho telefônico, pois sem o mesmo a comunidade, quando necessita de algum tipo de auxílio, especialmente em casos de emergência, fica impossibilitada de fazê-lo, face a ausência de uma forma mais rápida de comunicação.

Ante ao exposto, espera-se o imediato atendimento da presente solicitação, que embora seja de iniciativa do Ilustríssimo Senhor Amadeu Marques de Oliveira, reflete o próprio interesse do conjunto da coletividade do Município de Fênix.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes objetivando, em caráter emergencial, a Conservação da estrada que liga a Municipalidade de Campina da Lagoa ao seu Distrito Administrativo de Bela Vista do Piquiri.

De acordo com correspondência remetida pela Câmara Municipal de Vereadores de Campina da Lagoa, referente a iniciativa do Excelentíssimo Senhor Vereador Rubens Barbosa, em que relata a difícil situação de trafegabilidade da estrada que serve de ligação entre o citado Município ao Distrito de Bela Vista do Piquiri.

Neste sentido, além de informar a real e urgente necessidade de recuperar e manter conservada permanentemente aquele trecho de estrada, comunica os verdadeiros transtornos vivenciados pelos seus usuários, notadamente por parte dos proprietários rurais, que necessitam de estradas em condições de proceder o transporte de suas produções, oriundas dos diversos cultivos plantados.

Neste sentido, espera-se dessa Secretaria de Estado dos Transportes a adoção de medidas que venham de encontro ao que ora é reivindicado, tendo em vista a sua indiscutível importância para uma região que tem contribuído significativamente para o processo desenvolvimentista do País, especialmente de nosso rico Estado.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no

uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, seja expedida, com extrema urgência, correspondência endereçada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando uma tomada de posição com vistas à situação indefinida em que se encontram os funcionários do Banco Sulbrasileiro, frente a notícias de liquidação extrajudicial do referido Banco.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deputado DENI LINEU SCHWARTZ, solicitando o asfaltamento do trecho de estrada que liga a PR 170 (Rodovia Rolândia a Porecatu), no Distrito de São Martinho com a PR 218 (Rodovia Arapongas à Astorga), via Distrito de Pitangueiras, no Município de Rolândia.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1985

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação também está sendo feita pelo Vereador de Rolândia José Benedito Matheus, pelo Prefeito Municipal e por toda a população do Município.

O trecho, compreendido entre o Distrito de São Martinho ao Distrito de Pitangueiras já está cascalho e tanto a drenagem, como a terraplenagem já estão feitas e pronto para o asfaltamento. Para o trecho de Pitangueiras à Rodovia 218, será necessário serviços completos de asfaltamento.

Sendo a região, grande centro polarizador da agricultura no Norte do Estado, o asfaltamento contribuirá decisivamente para o melhor escoamento das safras agrícolas, facilitando em muito o transporte dos produtos agrícolas aos centros consumidores. Além de favorecer com melhor infra-estrutura os municípios vizinhos, como Arapongas e Astorga.

Em virtude dos argumentos acima colocados, faz-se necessário o breve asfaltamento do trecho que liga a PR 170 com a PR 218, via Distrito de Pitangueiras no Município de Rolândia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Secretaria dos Transportes, solicitando providências na construção de uma ponte de concreto sobre o Rio Bromado, situado entre as localidades de Fartura e Marumbi, no Município de Morretes.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1985.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato da atual ponte sobre o Rio Bromado estar em estado precário, tanto para uso de veículos como para pedestres, estando prestes a cair.

A construção da referida ponte será de grande importância para o Município de Morretes, pois beneficiaria grande número de agricultores, em virtude daquela região ser a maior produtora agrícola de Morretes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor CLAUD GERMER, M.D. Secretário de Estado da Agricultura, para que determine estudos junto a Café do Paraná, a fim de que seja instalado um Posto deste mesmo órgão na cidade de Jandaia do Sul.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1985.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

É Jandaia do Sul, um grande centro polarizador da agricultura no Norte do Paraná, onde é cultivado principalmente lavouras brancas, como café, feijão, soja etc...

A instalação de um Posto da Café do Paraná em Jandaia do Sul, auxiliaria muito a agricultura de toda a região, que compreende: Marumbi, Bom Sucesso, Kaloré, São Pedro do Ivaí e Cambira.

Esta solicitação está sendo feita pelo Prefeito de Jandaia do Sul e por pequenos e médios proprietários de terras da região, e já existe até mesmo, funcionário interessado em atender a esta região, trata-se do Senhor JOSÉ MOREIRA PRADO, que atualmente trabalha na unidade da Café do Paraná na cidade de Ivaiporã, cujo o interesse do mesmo, é devido a seus familiares residirem em Apucarana.

Segue em anexo quadro estatístico do Censo Agropecuário do Estado do Paraná de 1.980, onde é comprovado o grande número de pequenas propriedades existentes na região, sendo assim, faz-se necessário a instalação de um Posto da Café do Paraná em Jandaia do Sul.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER, M.D. Secretário do Estado da Administração, para que, através do Instituto de Previdência aos Servidores do Estado do Paraná, determine estudos para a implantação de uma agência no Município de Santo Inácio, por não existir na cidade este serviço previdenciário.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1985.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Hoje, Santo Inácio possui aproximadamente 100 servidores estaduais, distribuídos nos diversos órgãos da administração. Entretanto, dada a inexistência de um serviço previdenciário do Estado no Município, é necessário que seus servidores recorram a outros centros mais próximos como

Maringá e Apucarana, a 100 e 140 Km de distância respectivamente.

Por outro lado, com a instalação desta Agência em Santo Inácio, serviria a vários outros Municípios vizinhos, como Nossa Senhora das Graças a 30 Km, Cafeara 15 km e Lupionópolis a 15 Km, entre outros, e, apenas em casos de difíceis solução seriam encaminhados a centros de melhor infra-estrutura.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Doutor LUIZ CORDONI JÚNIOR, M.D., Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, solicitando a contratação de um médico para o Posto de Saúde do Distrito de Rosário, no Município de Grandes Rios.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1985.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Rosário, conta com aproximadamente 30.000 habitantes, e, apesar de ter sido construído, há muito tempo um Posto de Saúde no próprio Distrito, o mesmo não oferece atendimento à população, por falta de médico contratado pelo Estado.

Em Rosário, existem 02 (dois) hospitais particulares, mas a maioria da população é carente, sendo bóias-frias ou pequenos proprietários e, por esta razão, não possuem condições financeiras para enfrentar um tratamento de saúde em hospital particular, considerando também que os preços de consultas ou exames, são altíssimos.

A ativação de Posto de Saúde, através da contratação de um médico, beneficiaria não só a população do Distrito de Rosário, mas também a população das localidades de Água Amarela, Campineiro do Sul e Rio Branco, somando um total de 30.000 habitantes que seriam beneficiados.

Portanto, faz-se necessário a contratação deste profissional para que o atendimento à saúde seja gratuito, para que todos tenham acesso a este direito.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Doutor LUIZ CORDONI JÚNIOR, M.D., Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, solicitando a instalação de um Posto de Saúde no Distrito de Campineiro do Sul, Município de Grandes Rios, visto a importância do atendimento à saúde da população.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1985.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Campineiro do Sul, conta com aproximadamente 6.000 habitantes, sendo que 95 por cento da população vive e trabalha

na agricultura como bôias-frias ou pequenos proprietários.

A população do Distrito vem há muito tempo solicitando junto aos líderes comunitários a instalação de um Posto de Saúde, visto que para um atendimento de saúde adequado, a população tem que se locomover até a sede do Município de Grandes Rios, que fica a uma distância de 50 Km. Sendo assim, por ser uma população carente, muitas vezes a mesma deixa de recorrer aos Serviços Médicos, ocasionando desde o agravamento da doença, ou até mesmo a morte.

Sendo a saúde um direito de toda a população, é de extrema importância a instalação de um Posto de Saúde no referido distrito.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Doutor LUIZ CORDONI JÚNIOR, M.D., Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, solicitando a instalação de um Posto de Saúde na localidade de Água Amarela, no Município de Grandes Rios.

Sala das Sessões, em 19/03/85.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Água Amarela, conta com aproximadamente 4.000 habitantes, sendo que 90% da população vive e trabalha na agricultura como bôias-frias ou pequenos proprietários.

Há muito tempo que a população daquela comunidade vem solicitando junto aos líderes comunitários e políticos a instalação de um Posto de Saúde, visto que, para um atendimento de saúde adequada, a população é obrigada a se locomover até a sede do Município de Grandes Rios, que fica a uma distância de 46 Km.

Sendo assim, por ser uma população carente, ocorre que a mesma, várias vezes, deixa de recorrer aos serviços médicos, ocasionando desde o agravamento da doença e até mesmo a morte.

A saúde é um direito inalienável de todo indivíduo que deve ser garantido pelo Estado. Face a esta realidade, solicitamos a breve instalação de um Posto de Saúde na localidade de Água Amarela.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor DENI LINEU SCHWARTZ, M.D., Secretário de Transportes do Estado, solicitando o recapeamento do Trecho da PR 453, compreendido desde o Distrito de São José, Município de Jandaia do Sul, passando por Marumbi e Kaloré, até a ponte sobre o Rio Bcm, na divisa dos Municípios

de Kaloré e Borrazópolis.

Sala das Sessões, em 19/03/85.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

Considerando as seguidas audiências que tivemos nesta Secretaria, tratando do recapeamento do trecho acima citado, onde esteve presente o Prefeito de Borrazópolis Senhor Rodolfo Haider e o Prefeito de Jandaia do Sul Doutor Perseu Matheus Pugliesi, vimos reforçar a solicitação, visto que, a cada dia que passa a situação se agrava, no tocante as condições de transporte.

O recapeamento acima referido, em muito facilitaria o escoamento das safras agrícolas, contribuindo para a arrecadação fiscal dos municípios, que giram exclusivamente em torno da agricultura e em parte da pecuária, distribuídos na maioria em pequenas propriedades rurais.

A presente solicitação está sendo apoiada pelos Prefeitos de Jandaia do Sul, Perseu Matheus Pugliesi, pelo Prefeito de Kaloré, Noel Pedro Ribeiro, e, pelo Prefeito de Borrazópolis, Rodolfo Haider, e, por, toda a população destes Municípios.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Doutor LUIZ CORDONI JÚNIOR, D.D., Secretário do Estado da Saúde e do Bem Estar Social, solicitando a instalação de um Posto de Saúde na localidade de Rio Branco, Município de Grandes Rios.

Sala das Sessões, em 19/03/85.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

O distrito de Rio Branco, conta com aproximadamente 10.000 habitantes, sendo que 90% da população vive e trabalha na agricultura, como bôias-frias ou pequenos proprietários.

Há muito tempo que a população daquela comunidade vem solicitando junto aos líderes comunitários e políticos, a instalação de um posto de Saúde, visto que, para um atendimento de saúde adequado a população é obrigada a se locomover até a sede do Município de Grandes Rios, que fica a uma distância de 45 Km.

O que agrava ainda mais a situação, é a falta de meio de transporte público que percorre este trajeto.

Sendo assim, por ser uma população carente, ocorre que a mesma na maioria dos casos, não tem acesso aos Serviços de Saúde, ocasionando o agravamento da doença, ou até mesmo a morte.

A saúde é um direito inalienável de

todo ser humano e é obrigação do Estado garanti-la. Face a esta realidade, solicitamos a breve instalação de um Posto de Saúde no referido distrito.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo-assinado, na forma regimental e após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Doutor Affonso Camargo Netto, sugerindo que sejam tomadas providências urgentes, visando: a recuperação do acostamento da Rodovia Ponta Grossa-Curitiba, trecho Ponta Grossa-Spréa e; a implantação da terceira faixa nos principais aclives existentes no mesmo trecho.

Sala das Sessões, em 19/03/85.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

JUSTIFICATIVA:

O trecho Ponta Grossa-Spréa, num total aproximado de 55 quilômetros, está totalmente abandonado pelo DNER, apesar de se tratar de parte de uma das mais movimentadas rodovias do Paraná, parte integrante do denominado "corredor de exportação".

O acostamento está impraticável em quase todo o trecho. Em alguns locais nem mesmo existe, eis que o mato tomou conta por completo e nenhuma providência objetiva foi tomada pelo Distrito do DNER, responsável pela conservação da rodovia.

Dezenas de acidentes fatais têm ocorrido e muitos deles poderiam ter sido evitados, se o acostamento apresentasse razoáveis condições da utilização.

É sabido que o problema global somente será resolvido com a duplicação da pista, obra que vem sendo reivindicada junto ao Governo Federal pelo Governador José Richa e que já foi objeto de um protocolo de intenções, recentemente assinado em Paranaguá, pelo Governo do Estado e o então Ministro dos Transportes.

A duplicação é obra que demandará tempo e a conclusão da mesma é possível a médio e longo prazo.

Até que isso se viabilize, vidas não podem continuar sendo expostas como hoje.

Duas providências podem ser tomadas de imediato, com custos baixos e que tornarão a rodovia mais segura durante alguns anos:

a) imediata recuperação do acostamento e;

b) implantação de aproximadamente 17 quilômetros de terceira faixa, medida propugnada pelo próprio DNER, que reconhece a necessidade da mesma.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Guimarães Vasconcellos, no uso de suas atribuições

regimentais, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, o envio de expediente à Sua Excelência o Senhor Ministro dos Transportes, Affonso Alves de Camargo Netto, com a solicitação que determine a implantação de ferrovia ligando Cianorte a Guaíra.

Sala das Sessões, em 19/03/85.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

Pelo amplo e profundo conhecimento que o Senhor Ministro dos Transportes tem da área compreendida, entre Cianorte e Guaíra, faz mais fácil qualquer justificativa que se pretenda fazer. Trata-se de uma região geo-econômica das mais expressivas do Estado do Paraná, que deve integrar a malha ferroviária. Nela é abundante e progressista a criação de gado, - um dos maiores rebanhos bovinos do Estado - . Colhe-se soja, trigo, algodão, café, arroz, feijão, indicando os quadros estatísticos de produção e arrecadação os mais expressivos dados no painel próprio do Estado do Paraná.

Outro aspecto a ressaltar é a estratégia que a linha férrea representa para o Brasil e Paraguai, ampliando as relações já existentes entre os dois países amigos, facilitando a comercialização de produtos, com fretes mais baixo, propiciados por embarques ferroviários, como se sabe o Paraguai, através de acordo com o Brasil, usa de terminais marítimos brasileiros para importar e exportar produtos necessários aos seus intercâmbios internacionais. Ademais, Paraná e Mato Grosso do Sul, estados limítrofes, teriam suas relações comerciais estreitas, com suas safras agro-pecuárias mais baratas, propiciadas pelas condições da ferrovia que mantém constante o transporte; o que não acontece com o transporte rodoviário que se vê alterado ou até paralisado, com as chuvas. Destaque-se também, que a ferrovia acode, como alternativa de falta de armazéns rurais, o embarque lavoura-vagão de produtos perecíveis.

Em síntese, Senhor Ministro; a construção da ferrovia ligando Cianorte - Tapejara - Cruzeiro do Oeste - Umuarama - Iporã - Francisco Alves - Terra Roxa - Guaíra, com influências nos Municípios de Xambrê, Pérola, Altônia, São Jorge do Patrocínio e outros da região, a estratégica ligação ferroviária Brasil - Paraguai, o importante entroncamento Paraná - Mato Grosso do Sul, são os grandes motivos que sustentam a construção da estrada-de-ferro aqui defendida e solicitada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Guimarães

Vasconcellos, dentro de suas atribuições, Regimentais, REQUER, a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente à Sua Excelência o Senhor Ministro dos Transportes, Affonso Alves de Camargo Netto, contendo pedido da conclusão da rodovia conhecida por Estrada boiadeira, no trecho entre Campo Mourão e Porto Camargo.

Sala das Sessões, em 19/03/85.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

A Estrada Boiadeira, marco histórico ligando o comércio do Paraná com o vizinho Estado de Mato Grosso, foi a antevisão de homens como o Governador Affonso Camargo que deve ser consagrada a nível de moderna rodovia asfaltada, obra que coroará o intercâmbio comercial Paraná - Mato Grosso do Sul, hoje alimentador de grande calibre do sistema de arrecadação de receitas públicas. Todos os órgãos públicos federais, estaduais e municipais têm amplo conhecimento do potencial da região geo-econômica a ser servida pela Rodovia Campo Mourão - Porto Camargo. A área é rica produtora de grãos, de grande criação de gado porque as pastagens são vigorosas e fortes.

Os pastos resistem até dez cabeças de gado por alqueire, fatos que tornam a atividade pastoril, dos mais interessantes ramos, com excelente grau de lucratividade.

A construção de uma rodovia asfaltada sobre o traçado da histórica Estrada boiadeira, constituir-se-á na alavanca maior a garantir exemplar desenvolvimento econômico financeiro com desdobramentos positivos nos Estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul, e para as relações Brasil-Paraguai que se beneficiarão também com essa obra da maior expressão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Guimarães Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente à Sua Excelência o Senhor Ministro dos Transportes, Affonso Alves de Camargo Netto, contendo solicitação pela construção de uma ponte sobre o Rio Paraná, interligando os Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná, a ser localizado nas proximidades de Porto Camargo, em sua margem esquerda.

Sala das Sessões, em 19/03/85.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

Avolumam-se as atenções governamentais quando ao espantoso desenvolvimento que faz dinamizar em todas as áreas, o leste de Mato Grosso do Sul e o noroeste do

Paraná. A área entocada suporta expressivo intercâmbio comercial, político e cultural entre estados, movimenta populações, sedia comercialização de safras e supletivamente, arca com os desdobramentos das relações Brasil-Paraguai.

Os Governos preocupam-se não só com as necessidades imediatas como também as mediatas na linha de obras de arte e de infra-estrutura que por sua vez completam o mosaico de realizações.

Com isto exposto Senhor Ministro, a pretendida ponte sobre o Rio Paraná, obra de grande porte, deve ter sua conclusão paralela a implantação de estradas reivindicadas e já objeto de estudos por parte das administrações paranaense e matogrossense do sul, com o importante apoio do Ministério dos Transportes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente à Casa Civil do Governo do Estado do Paraná solicitando estudos e consulta ao Governo do Estado de Goiás com vistas à destinação de 20 por cento do valor da comissão paga pela venda de seguros a órgãos e empresas estaduais, para reforço orçamentário das Entidades Assistenciais do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1985.

(a) AMÉLIA HRUSCKA

JUSTIFICATIVA:

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Goiás, Íris Rezende determinou que fosse destinado às entidades assistenciais daquele Estado a quantia de 20 por cento do valor da comissão paga pela venda de seguros a órgãos e empresas estaduais, para as entidades assistenciais daquele Estado, minorando, dessa forma, o sofrimento de milhares de pessoas que recorrem diuturnamente ao auxílio das entidades que prestam serviços de assistência social, diminuindo o sofrimento dos mais necessitados e melhorando o atendimento dos órgãos citados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido da liberação de recursos orçamentários para a construção de uma quadra de esportes para a Escola Estadual Osvaldo Cruz - Ensino de 1.º Grau, localizada na Municipalidade de Campo Mourão.

A construção de uma quadra de esporte polivalente naquele conceituado estabelecimento de ensino se faz necessária, tendo em vista a ausência de um local apropriado para a prática da educação física. Tal situação obriga a Direção Escolar a ter que utilizar uma quadra existente no Centro Social

Urbano ou no Ginásio de Esportes, o que, ante a distância de tais locais, acarreta grande risco, ao conjunto de estudantes exatamente pela distância que se tem que percorrer para cumprir as obrigações quanto aos currículos que determinam o cumprimento da educação física.

Neste sentido, e sem dúvida alguma de fundamental importância o apoio dessa FUNDEPAR e Secretaria de Estado da Educação, assegurando a liberação de recursos que sejam capazes de garantir a construção da mencionada quadra de esportes, atendendo, deste modo, uma antiga reivindicação feita pela Ilustríssima Senhora Amélia L. Capelasso, Diretora da Escola Estadual Osvaldo Cruz

Sala das Sessões, em 19 de março de 1985

(a) RUBENS BUENO

Projeto de lei:

PROJETO DE LEI Nº 20/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º O Distrito Administrativo de Florianópolis, localizado do Município de Maringá, passa a ter as seguintes divisas.

"Começa na cabeceira do Ribeirão Paçandu, donde por uma linha reta e seca, alcança a cabeceira do Ribeirão Bandeirantes, deste ponto, em linha reta e seca, alcança a nascente do córrego Borba Gato; deste ponto, desce pelo córrego Borba Gato até sua Foz, no Ribeirão Pinguim, descendo por este, segue até a Foz do Córrego Inajá; deste ponto, segue divisando com o município de Floresta, em linha reta, seguindo por uma linha reta e seca no sentido oeste, alcançando o Ribeirão Paçandu, na Foz do Córrego Calixto; deste ponto, divisando com o município de Paçandu, subindo pelo Rio Paçandu até sua cabeceira, ponto de partida".

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1985

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

As divisas do atual Distrito Administrativo de Florianópolis, desmembrado do município de Maringá, já foram definidas através da Lei Municipal nº 1811/84, promulgada pela Câmara Municipal de Maringá, em 14 de novembro de 1984.

Razão pela qual, estamos apresentando o presente Plano de Lei, que por certo irá contar com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muitos pais, educadores, dentre os quais o professor e Vereador guarapuavano, Humberto Lunderberg e a mestra em educação, Irene Raquel Garcia Fagundes, elevaram as suas vozes representativas da indignação dos que se preocupam com

a formação da nossa juventude, diante das ~~controvérsias~~ lições contidas na obra denominada "REFLEXÃO E AÇÃO", adotada pela Secretaria da Educação, para as escolas de 5ª a 8ª séries da rede estadual de ensino

Enfocamos, ontem, desta tribuna, o texto extraído de um contexto de Jorge Amado, contido na edição para a 7ª série, em que os líderes e heróis são tratados com notável dose de acidez despersonalizadora.

Nesta oportunidade, procederei a leitura de parte de um texto intitulado "SOPA DE FUBÁ" que ocupa as páginas 48 e 49 do mesmo livro para 7ª série

Notem as expressões que me parecem impróprias para o aprendizado da língua portuguesa e formação segundo os melhores padrões de comportamento aceitos pela nossa sociedade

"Eu adoro sopa de fubá, inicia, bem grossa e amarelinha, com uma porção de fios verdes de couve hoando não tem nada de mais, vai adiante. Falando sobre os bandeirantes: "e de São Paulo partiu a expedição de Bartolomeu Bueno"; mais adiante: "Eh dona chata, com esses bandeirantes que já morreram faz tempo ora que quero saber as estripulias que eles fizeram? Tomara cuidar dos meus problemas, até minha blusa de uniforme que a escola me deu, sou eu que tenho que lavar, verdade sô, a mãe fica jogada num canto gemendo e se sujando toda, eu fico louca da vida. Se meu pai não estivesse preso acho que as coisas seriam diferentes. Quando ele estava em casa — faz tempo — era pequeno mas ainda me lembrava minha mãe não bebia e a gente sempre tinha o que comer. Agora é aquela dureza, será que ele volta logo? Outro dia a vizinha lá do cortiço disse que vai ver ele morreu de fome e de apanhar lá na cadeia." Notem agora: "Que a mãe é boba de ficar esperando ele, com tanto homem rondando ela devia aproveitar, era até capaz de fazer um bom dinheiro"

— Zé, cê acha que mãe devia ...

E continuando lá pela frente, aparecem outras expressões que realmente são de colocar qualquer educador em uma posição até difícil perante os seus alunos

"O Zé, aposto que comeu até estufar a pança, o filho da mãe dedando a gente. Ele me paga, na saída vou arrebentar aquela cara de bosta". Notem bem a expressão que está num livro da língua portuguesa que é manuseado por adolescentes de 13 e 14 anos. "A sopa deve estar uma delícia, quentinha, dá para sentir o cheiro gostoso... não chora fresco, seja macho, o que é uma porcária numa sopa de fubá?

Srs. Deputados, realmente, se não houver um reestudo quanto a adoção destes livros, fico a pensar quais são as idéias e quais são as expressões que a juventude passará a adotar brevemente em nosso meio.

Renovo o apelo que já fiz ontem, desta tribuna, no sentido de que as autoridades competentes, realmente se conscientizem que este é um assunto sério e não deve ser levado como algo que não deve merecer a atenção e a preocupação de todos os que têm responsabilidade pelo futuro da nossa Nação.

Amanhã voltarei ao assunto.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — A Mesa registra a presença de uma Comissão de Universitários da Faculdade de Química da Universidade Federal do Paraná, que visita a Assembléia.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Ervin Bonkoski. (Ausente).

Ausente, passo a palavra ao terceiro orador inscrito,

Sr. Deputado Tadeu Bento França.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos acompanhado desde ontem, a preocupação do Deputado Ezequias Losso, no que diz respeito a um cuidado especial em termos dos livros que devem ser encaminhados à nossa clientela estudantil, para que ela possa aprimorar-se ou adquirir excelente formação. Na realidade, todos nós o que sentimos, é que a Secretaria de Estado da Educação, tão bem orientada pela Secretária Gilda Polli Rocha Loures, propiciou nestes dois anos, condições de mais eficiente atendimento, não apenas à clientela estudantil, como também à classe dos professores do Paraná.

Até mesmo as taxas de matrícula; até mesmo as expectativas do Magistério paranaense, alcançaram finalmente eco, no atual Governo de José Richa. É por esta razão, que ao deparar com a preocupação sobre o tipo de leitura que, numa iniciativa diríamos inédita ao nível de Paraná, está sendo coordenada pela Secretaria de Estado da Educação, nós precisamos enfatizar primeiramente: a Secretaria jamais adotou qualquer livro para propor aos estudantes das escolas públicas do Paraná. A Secretaria da Educação está apenas levantando a bandeira da importância da leitura, cabendo, segundo documento oficial da própria Secretaria, a escolha dos livros ao critério, discussão e decisão dos próprios professores que são os responsáveis pela colocação dos melhores livros nas mãos dos nossos estudantes.

Quanto ao livro especificamente citado "Reflexão e Ação", da autoria de Marilda Prats, em Curitiba, por exemplo, até mesmo o Colégio Medianeira, uma instituição religiosa, está recomendando a leitura deste livro, por entender, que se coloca numa vanguarda, em termos de formar uma consciência crítica, voltada para os graves, incoerentes e injustos problemas sociais.

Lembro-me ainda de uma frase citada por esta autora no seu livro "Reflexão e Ação" e tão bem lembrada pelo Deputado Ezequias Losso: "Ser herói, não é lutar contra os hostis inimigos, em sangrentas batalhas; ser herói é lutar pela vida, usando como arma, apenas um salário-mínimo."

Expressões, como estas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao invés de merecerem qualquer repulsa, devem sim, merecer o nosso mais intenso reconhecimento, porque basta de uma educação voltada apenas para a uva, para a fazenda do vovô. Precisamos propor para a nossa clientela estudantil, sim, livros que mostrem, não heróis de carne e osso, do dia-a-dia. Heróis que falem a própria linguagem do povo; heróis que morem em favela; que habitem em barracos; que vivam ao relento, que sintam, na sua carne, a extrema dificuldade de serem vítimas de uma estrutura social injusta e incoerente.

É por esta razão, que nós gostaríamos sim, que houvesse uma censura; esta censura cujo ciclo estamos chegando ao final, de que foi porta-voz, por exemplo, Solanjo Hernandez, ao fecho do dito Governo Revolucionário, que houvesse uma censura, mas não aquela que se preocupasse em manter as nossas crianças, adolescentes e jovens num clima de alienação como que se os problemas sociais não dissessem respeito ao estágio de formação que deve ser cultivado, nas escolas, sim, por todos aqueles que, professores, sabem que nós não podemos mais admitir um Brasil em que apenas um pequeno núcleo se desenvolve plenamente e que a imensa maioria se arrasta presa.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Está encerrado o horário do nobre Deputado.

Continuando o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente desejamos a recuperação do Presidente Tancredo Neves, que é a esperança do Brasil, mas, Sr. Presidente, a Nova República, com José Sarney, a Nova República, com Aureliano Chaves, a Nova República com Marco Maciel, a Nova República com os outros ex-Ministros que assaltaram novamente atual República, é uma farsa!

Sarney é um latifundiário. Sarney é a esperança dos que querem o continuísmo no Brasil!

Acho que os homens de bom senso, no Brasil, estão a pedir o restabelecimento de Tancredo Neves para que esta República Nova não seja uma farsa, uma vez-disse eu, e estão aí as notas taquigráficas, mudaram-se as coleiras e a cachorrada é a mesma!

Sarney, no seu primeiro ato, o que fez, Bancada do PMDB? Bancada que queria moralizar este País? Fez em aumentar em 10 milhões de cruzeiros o vencimento dos atuais Ministros. Então, nos todos devemos pedir o restabelecimento imediato do Presidente Tancredo Neves para que a esperança da Nova República possa ser pelo menos um fio de esperança para o País.

Onde está a nossa esperança e plagiando alguém do folclore brasileiro: "A felicidade procurada corre e a esperança é a última que morre", está morrendo a nossa esperança, porque ao voltar com os homens que sacrificaram o País durante 21 anos, que nos jogaram ao léu da sorte, estamos aí pasmados, olhando o Sr. José Sarney, olhando o seu Maranhão, onde ele tem a metade do latifúndio improdutivo, onde está a Bancada do PMDB nesta hora para reagir? Para dizer que nós estamos com a verdade? Para pedir que Deus abençoe o Brasil e Tancredo Neves para que ele volte, para que ele não deixe o Brasil nas mãos de um usurpador, de um oportunista. Aureliano Chaves, o homem aplaudido que traiu o seu Partido está mandando, José Sarney, mandando do mesmo jeito, pobre Brasil! Pobre povo se o Presidente real não assumir a Presidência! O que será do Brasil com estes oportunistas que assaltaram o nosso País e traíram o nosso Partido?

Dizíamos nós, pobre Brasil, pobre Tancredo Neves, que, num canto de sereia sacrificou a própria saúde para devolver, ou para entregar, numa sucessão de fatos o País, e para que nós vaticinássemos que mudava o rótulo e a cachaça seria a mesma. Onde estão os Ministros que traíram Figueiredo? Os homens do PDS que traíram Paulo Maluf? Estão lá, hoje, eufóricos, e, talvez, fazendo seu saravá, pedindo para que o nosso Presidente não se restabeleça. E nós, da trincheira da democracia, que não sabemos e não claudicamos na hora certa, o nosso coração não se vende, o nosso prestígio não se vende, e os traidores estão lá, Sr.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Squarezi) — Encerrado o horário, e, como último Deputado, com a palavra Sua Excelência, Sr. Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A hora é de tristeza, inquietação, de grande preocupação por parte do povo brasileiro, com a saúde do Presidente Tancredo Neves.

É lamentável que, quando uma autoridade que

comanda a Nação está enferma, os boatos se espalham em grandes proporções, a começar por Brasília, chegando até mesmo a causar constrangimento e inquietação na família do Presidente Tancredo Neves. Porque, ainda ontem, em Brasília, chegaram até a espalhar boatos sucessivos de que o Presidente Tancredo Neves estaria morto!

É lamentável, Sr. Presidente, a falta de respeito de alguns para com aqueles que estão no leito hospitalar.

O nosso desejo, acima de qualquer Partido, acima de qualquer sentimento partidário, é que Deus cubra de bênçãos o Presidente Tancredo Neves, para que ele recupere a sua saúde.

E, em segundo plano, Sr. Presidente Nelson Buffara, quero lamentar que a falada "austeridade da Nova República", esteja começando a naufragar. Ainda hoje recebi informação de que os cargos da República aqui no Paraná, foram todos leiloados, loteados com os Deputados Federais do PMDB, que passarão a indicar o Delegado do Trabalho, Presidente do INAMPS, Presidente do INPS, como se aquilo fosse uma propriedade particular e não um órgão público. Quer dizer, aquilo que sempre foi combatido pelo PMDB como imoral, a ingerência, a interferência de políticos da antiga ARENA e depois do PDS, nos órgãos públicos, hoje o PMDB exerce esse mesmo comportamento, e acredito mesmo que, causando até constrangimento aos Deputados Estaduais da Bancada do PMDB que integram esta Casa.

E o grande alarme é a "austeridade da República", acabar com as mordomias dos Ministros. E, ainda ontem, o Presidente Ribamar anunciou, através do Porta-Voz do Palácio, algumas medidas de austeridade. Quer dizer, o pequeno que foi carregar a bandeira das "DIRETAS" em praça pública, e que esperava um emprego em alguma repartição do Governo, este terá a porta fechada até dezembro. Mas, os cargos em confiança a austeridade vai liberar a contratação de Delegados do Ministério, de Chefia de Gabinete, de Secretaria Geral, de todos os cargos.

Então, a austeridade é contra o pequeno. E já teve um jornal que noticiou que um Ministro vai adquirir sete automóveis de luxo para o seu Ministério.

E a imprensa deu conhecimento ainda ontem à opinião pública, de que os Ministros que ganhavam 4 milhões de cruzeiros por mês vão continuar morando naquelas mansões, que se falou muito que seriam vendidas, e o Ministro que recebia quatro milhões de ordenado por mês, dentro do clima de austeridade da Nova República, passará a ter um ordenado modesto, porque é preciso fazer economia, e o seu ordenado passará a ser entre quatorze e quinze milhões de cruzeiros por mês.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, voltarei a falar sobre este assunto em outra oportunidade, porque no momento eu acho que a grande preocupação de todos nós, em todo Brasil, é que Deus restabeleça a saúde do Presidente Tancredo Neves, porque nós sabemos que Sua Excelência tinha um plano para tirar o País deste sufoco, fazer o País retomar o seu desenvolvimento. E a esperança era de milhões de brasileiros.

E esperamos que aqueles que estão hoje lá, principalmente o seu sucessor, o Presidente Ribamar, tome medidas efetivas de austeridade e de economia.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Encerrado o Pequeno Expediente. No Grande Expediente não existem oradores inscritos, razão pela qual passaremos ao horário reservado às Lideranças.

Inicialmente, a Mesa consulta à Liderança do PDS

se quer fazer uso dos seus vinte minutos?

O SR. ODENI MONGRUEL — Declino.

O SR. PRESIDENTE — Havendo declinado o PDS, a Mesa consulta à Liderança da Frente Liberal. Frente Liberal declina, também.

Por último, a Mesa solicita do PMDB, se fará uso do horário destinado à Liderança.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Declino.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 27 Senhores Deputados.

A Mesa, com base na Resolução n.º 02/71, abre prazo por três (3) dias consecutivos a contar do dia 20 do corrente mês, para oferecimento de Emendas à Proposição n.º 24/85, proposta de Emenda à Constituição do Estado, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia; conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei 192/80, que cria o Município de São José, desmembrado do Município de Santa Helena, com as divisas específica. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 170/84, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO", com sede no Município de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito verificação de quorum para aprovação do Projeto de Lei n.º 170/84.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) O Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado pede verificação de votação para o Projeto n.º 170/84?

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Exato, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) A Mesa vai submeter à apreciação do Plenário para verificação de votação requerida pelo Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado para o Projeto de Lei n.º 170/84.

(É procedida a verificação de votação)

8 Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 20, à hora regimental, com seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.^o 170/84.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.^{os} 168/84, 211/84, 237/84.

DISCUSSÃO ÚNICA - de requerimento do Senhor Deputado Fuad Nacli, solicitando 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 18 do corrente mês.

Levanta-se a sessão.